

Diversidade religiosa no Brasil e o CENSO de 2022: críticas, classificações e panorama

Religious diversity in Brazil and the 2022 CENSUS: critiques, classifications, and overview

Emerson Sena *
Péricles Moraes de Andrade Júnior **
Flávio Munhoz Sofiati ***

Resumo

Este artigo reflete acerca dos dados iniciais do Censo de 2022, com ênfase na temática da diversidade religiosa. A metodologia utilizada foi quanti-qualitativa, isto é, bibliográfico-teórica, com revisão de textos e autores, e analítico-interpretativa, acompanhada de análise dos dados censitários, em especial o de 2022. Questiona-se se os dados indicam indícios de maior diversidade religiosas ou se trata somente um rearranjo de tendência socioreligiosas dentro do cristianismo majoritariamente presente no país. Sugere-se que os dados sócio numéricos podem ser interpretados como um indicativo de um Brasil mais diverso, ainda que tênue, e como uma reconfiguração mais intensa de tendências demográfico-sociais no campo religioso brasileiro. Entretanto, entende-se que, com os dados agregados disponíveis apresentados pelo IBGE, ainda não é possível alcançar respostas mais incisivas diante das transformações histórico-sociais que estão emergindo no campo das religiões no Brasil, tornando-se uma questão em aberto. Assim, os resultados deste artigo destacam a necessidade de se qualificar melhor as categorias censitárias, principalmente o tipo de classificação por meio dos “grandes grupos de religião” definidos pelo Censo de 2022, no sentido de melhor entender o peso da diversidade religiosa no país, diante da presença das múltiplas práticas de fé na realidade social brasileira.

Palavras-chave: Censo 2022. Campo religioso. Filiação religiosa. Práticas de fé. Diversidade.

Abstract

This article examines the preliminary findings from the 2022 Brazilian Census, with particular emphasis on the theme of religious diversity. The study adopted a mixed-methods approach: both quantitative and qualitative, through a literature and theoretical review of relevant texts and authors, combined with an analytical and interpretive examination of census data, particularly from 2022. It seeks to determine whether the results indicate greater religious diversity or merely represent a reconfiguration of socio-religious trends within the predominantly Christian context of the country. The analysis suggests that the socio-numerical data may be construed as indicative of an increasingly more diverse Brazil, albeit in a circumscribed manner, while also revealing a more profound reconfiguration of demographic patterns and social dynamics within the Brazilian religious field. However, the aggregated nature of the data currently provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), precludes more conclusive interpretations regarding the historical and social transformations taking shape within Brazil's religious sphere,

Artigo submetido em 30 de agosto de 2025 e aprovado em 13 de junho de 2026.

* Doutor e Mestre em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-5407-596X. E-mail: emerson.pesquisa@gmail.com.

** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0003-2505-1042. E-mail: periclesdcs@academico.ufs.br.

*** Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo com bolsa da FAPESP. Mestre em Ciências Sociais pela UFSCar. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-6422-4471. E-mail: sofiati@gmail.com.

thereby leaving the question open for further investigation. Thus, the findings of this study underscore the necessity of refining census categories—particularly the classification of “major religious groups” employed in the 2022 Census—in order to more accurately reflect the significance of religious diversity in Brazil, given the multiplicity of faith practices present in Brazilian society.

Keywords: 2022 Census. Religious field. Religious affiliation. Faith practices. Diversity.

Introdução

Este artigo busca refletir acerca dos dados iniciais do Censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Questionamos se os novos dados podem ser interpretados como indício de maior diversidade religiosa e se eles confirmam ou desconfirmam tendências sociorreligiosas.

Nossa hipótese é de que esses dados, ainda que parciais, podem ser interpretados como um indicativo de diversificação no campo religioso e, ainda, como consolidação, reversão ou atenuação de tendências demográficas-sociorreligiosas. Os indicadores que apontam para o reflorescimento do campo afro-brasileiro, a queda dos espíritas (kardecismo), a perda do ímpeto evangélico e da diminuição católica, a manutenção do aumento dos sem-religião, por exemplo, nos leva a perguntar que transformações histórico-sociais estão emergindo no campo das religiões no Brasil e se é possível alcançarmos respostas consistentes com os resultados preliminares disponíveis.

A metodologia utilizada para a produção deste artigo foi quanti-qualitativa, que se utiliza de análises bibliográfico-teórica, revisão de textos de autores clássicos e contemporâneos; e analítico-interpretativa, que parte dos dados numéricos dos Censos, em especial o de 2022. Todavia, apesar de impactantes, os números são parciais, o que necessariamente influencia nas avaliações difundidas. Os dados agregados estão disponíveis, mas não os desagregados, o que impossibilita um olhar mais atento às especificidades abrigadas sob “guarda-chuvas” em categoriais como “Outras Religiosidades”, na qual o IBGE agrupou, em 2022, as expressões religiosas minoritárias.

No sentido de melhor entender a dimensão da diversidade religiosa no país, diante da presença, ainda que discreta, das múltiplas práticas de fé na

realidade social brasileira, os argumentos deste artigo destacam a necessidade de se complementar as categorias censitárias, principalmente o tipo de classificação por meio “grandes grupos de religião” definidos pelo Censo de 2022: 1) Católica Apostólica Romana; 2) Evangélicas; 3) Espírita; 4) Umbanda e Candomblé; 5) Tradições indígenas; 6) Outras religiosidades; e 7) Sem religião.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira, fazemos um breve apanhado de dados censitários e traçamos um cenário histórico geral e ampliado. Na segunda, refletimos sobre a diversidade religiosa no país, apontando alguns fatores históricos-sociais e políticos que podem ser mobilizados para interpretar as mudanças religiosas em curso. Na terceira seção há uma exposição argumentativa a partir das referências às principais correntes religiosas pensadas a partir das classificações do Censo de 2022. Por fim, na conclusão, resumimos os principais pontos e apontamos possibilidades futuras de pesquisa.

1 A questão da diversidade nas classificações censitárias

Começamos com uma afirmativa recorrente: o “país mais católico do mundo” está cada vez mais diverso do ponto de vista religioso, mas nos indagamos se essa uma tendência consolidada ou ainda é um indício numérico que necessita ser mais qualificado em termos conceituais e sociais. Segundo os resultados históricos dos Censos Demográficos do IBGE, o catolicismo ainda desfruta de maioria. A perda de fiéis acentuou-se em meados dos anos 1980. Além disso, em alguns contextos populares, o catolicismo já não aparece mais como a religião dominante e diminui o número dos que se declaram pertencer a essa religião por uma questão de conformismo social ou porque foram batizados. Resultado de muitas transformações, a partir do Censo de 2000, os evangélicos incrementaram seu crescimento. Em suma, a transmissão religiosa intergeracional mudou no Brasil, as forças socioreligiosas alteraram sua composição e sua interrelação mútua, o trânsito religioso se consolidou, bem como as múltiplas pertenças. Essas configurações religiosas e suas dinâmicas estão relacionadas com mudanças sociais, políticas e econômicas vividas pela sociedade brasileiras nesses cento e cinquenta anos de dados censitários.

Vale ressaltar que quando se fala de aumento da diversidade religiosa no

Brasil, é preciso não desconsiderar que o segmento cristão possui ampla maioria na população brasileira. Isso implica que as tensões e disputas mais evidentes no campo sociorreligioso acontecem entre os católicos e evangélicos, sobretudo na mídia, na política, no mercado religioso e na ocupação dos espaços urbanos e rurais. Em algumas situações na cena política, por exemplo, a bancada cristã – em especial os evangélicos que a compõem – tem marcado, obstrutivamente em muitos casos, os debates sobre as políticas públicas, especialmente às relativas as “pautas morais”, tais como o aborto legal e sua descriminalização como questão de saúde pública, e o casamento homoafetivo, dentre outras.

Os Censos (1872-2022) são realizados a cada década, em média, e suas dinâmicas internas – mudanças de categorias e metodologias de coleta –, são um tema relativamente discutido nos estudos da religião, mas que deveria ser mais considerado nas análises (Santos, 2014). Não pretendemos aprofundar essa necessária reflexão, mas faremos pontuações e nos concentraremos em uma avaliação mais indagativa sobre as tendências apontadas pelos dados censitários.

O “primeiro Censo” (1872), tinha apenas duas categorias, católicos e acatólicos. Mais de um milhão de pessoas escravizadas – os descendentes de povos africanos e suas culturas religiosas –, foram registradas como católicas. Com a Proclamação da República, em 1889, e o primeiro Censo republicano (1890), aparece o registro numérico da diversidade religiosa. As categorias e seus números aproximados eram: Católicos (romanos, 14 milhões; ortodoxos, 1.500), Evangélicos (19.000), Presbiterianos (1.300) e Outras seitas (122.000), Islamitas (3.000), Positivistas (13.000) e sem-culto (7.000) (Santos, 2014). A ideia de seita apresenta-se em um sentido teológico negativo e dado pela hegemonia católica, o que exige hoje diferenciação do sentido sociológico-antropológico.

Entendemos que o problema dos descritores é antigo e envolve questões de semântica social e epistemologia (Mafra, 2004). Porém os números mostram uma presença enraizada, anterior ao recenseamento, que passa a ser visibilizada a partir da perspectiva estatal, pois os instrumentos de quantificação eram, desde aquela época, manejados por órgãos estatais, primeiro no formato imperial,¹

¹Porém, os pontos de coletas de dados do primeiro censo eram, as paróquias católicas que, durante muito tempo, eram postos de documentos essenciais. O padroado, regime que coloca a igreja sob a proteção do Estado contribuiu para essa configuração.

depois republicano. O que podemos interpretar, com esses dados, é a evidenciação de uma incipiente diversidade religiosa que passou a crescer a partir da separação entre Igreja e Estado (1891) e o crescimento da modernidade religiosa, com seus corolários: pluralismo de valores, liberdade religiosa, desregulação e desinstitucionalização (Pierucci, 2008).

Quando comparamos os dados dos últimos três Censos (2000, 2010 e 2022), percebemos enormes mudanças de categorização, ampliação de algumas, extinção de outras e redução de algumas. No entanto, no primeiro e segundo levantamento censitário republicano já houve mudanças nas classificações ou nos descritores – nome técnico das categorias. O culto positivista era visto como religião, o que remete ao projeto de Auguste Comte (1798-1857) da *religião da humanidade* e a forte influência francesa no Brasil, com a introdução do *kardecismo* e do *positivismo*, que registrou crescimento, ainda que modesto. As categorias dos católicos, evangélicos, islâmicos e sem-culto/sem-religião, permaneceram mais ou menos estáveis ao longo da história, mas não havia espaço para os espíritas e para as religiões afro-brasileiras, apesar de sua presença na sociedade. A divisão dos maiores grupos religiosos era um pouco diferente: o campo evangélico continha três segmentos, enquanto o campo católico dois, romanos e ortodoxos. Os presbiterianos ganharam destaque, pois tinham uma forte atuação, em especial na capital imperial, depois republicana. Mas havia mais minorias religiosas consideradas neste primeiro levantamento censitário republicano e nos que vieram a seguir.

Em 1936, o IBGE, criado durante o Governo Vargas (fase democrática, 1930-1937), assumiu o recenseamento que era feito por outro departamento governamental, e começou a decompor as categorias ou descritores, subdividindo-as. Em alguns momentos isso foi criticado porque poderia levar à perda da visão panorâmica. A solução para o agrupamento de dados mobilizada à época tem sido utilizada desde então a fim de encontrar unidades e similaridades em grandes conjuntos, o que também trouxe inconvenientes que explicitaremos aqui. Nos Censo de 1940 e 1950, a classificação, com a inclusão de mais categorias, sofreu mais uma alteração. Os dados são os seguintes, em números absolutos: Católicos Romanos, de 39.177.880 para 48.558.854; Protestantes, de 1.074.857 para 1.741.430; Espíritas, de 463.400 para 824.553;

Ortodoxos, de 37.953 para 41.156; Israelitas, de 55.666 para 69.957. No descritor ‘Outras religiões’ havia: Maometanos, de 3.053 para 3.454; Budistas, de 123.353 para 152.572; Xintoístas: 2.358 (em 1950 não há dados); Positivistas: 1.099 (em 1950 não há dados). Ainda nesse descritor havia o “De outra religião”, que saiu de 107.392 para 140.379. Por fim, o último descritor, ‘Sem religião e sem declaração de religião’, de 189.304 para 412.042 (Santos, 2014, p. 21). O crescimento desse último grupo é muito expressivo, pois significou um aumento de aproximadamente 100%, assim como o dos espíritas.

O catolicismo e o protestantismo (ou evangélicos) ocupavam lugar de destaque porque representavam um patrimônio histórico e cultural de classes sociais emergentes. As outras, com diversos graus de subalternidade e minorização, não ganharam tanto destaque, exceto, com o passar do tempo, os espíritas².

O processo e refino das categorias seguiu com dinâmicas mais democráticas de discussão de formas de categorizar. Camurça (2014, p. 110) recorda que esse processo atravessou um período considerável (Censos de 2000 e 2010) e lembra que os descritores, na linguagem técnica da classificação estatística, em tipologia antiga e muito geral, “[...] não comportava mais a diversidade das religiões declaradas pela população brasileira”. Entretanto, o levantamento censitário de 2022 esteve envolto em controvérsias políticas e jurídicas. Embora fosse o tempo de um governo de extrema-direita e pouco afeito às discussões democráticas e à participação popular, os dados sobre religião não mudaram sua forma de coleta, que é por amostragem e não por levantamento Censitário amplo e irrestrito.

Diante dos dados do Censo de 2022, aos olhos de Rodrigo Toniol (2025), os números apontam para diversas tendências: a continuidade da descatholicização, com leve desaceleração, o crescimento evangélico, em ritmo mais lento, e uma descristianização do campo sociorreligioso no Brasil, ainda incipiente. O catolicismo, matriz histórica da religião dos brasileiros, tem sido o

² Goreth Santos (2014, p. 30) indaga: “A pluralidade denominacional no Brasil nos leva a questionar, até que ponto ao desagregarmos cada vez mais as nomenclaturas religiosas, principalmente os evangélicos, não estamos deixando de perceber e identificar esse grupo social [...] que começa a fazer presença como ‘identidade evangélica’”. Em outras palavras, apesar da variedade e diversidade internas ao campo evangélico, há uma identificação, assumida pelos milhões de fiéis em igrejas e pelo recenseamento.

doador universal para outras correntes, ou seja, dele alimentaram-se os evangélicos, os espíritas, os sem-religião, os afro-brasileiros, de uma forma geral. Porém, destaque-se que o trânsito religioso, principalmente a partir dos anos 1940 e 1950, não se reduz ao movimento de descensão do fluxo de ex-católicos rumo às igrejas evangélicas, aos terreiros, aos centros espíritas e aos sem-religião, pois emerge a figura da transmissão intergeracional entre esses grupos religiosos. Clemir Fernandes (2025) observa que em 40 anos o percentual de cristãos (católicos e evangélicos) na população total declinou cerca de 12,5%. Em outras palavras, o cristianismo está em retração, que passa a ser um pouco menos lenta nos dados de 2022. Todavia, o autor entende que “com a divulgação futura pelo IBGE dos microdados [...] o contingente expresso de cristãos é certamente maior” (Fernandes, 2025, p. 49).

Olhando retrospectivamente, Antônio Pierucci (2005, s. p.) dizia: “[...] se observarmos o percentual da categoria ‘outras religiões’ apurado a cada 20 anos desde 1940, vai observar que ele é sempre baixo. E seu crescimento é muito suave: sai de 1,9% em 1940, chega a 2,3% em 1960, a 2,5% em 1980 e finalmente a 3,5% no ano 2000”. O sociólogo da religião paulista arremata: “Podemos de fato ter gente de todas as cores e etnias, mas temos que calibrar melhor, diante do espelho censitário, essa auto-imagem (sic) de uma formidável diversidade religiosa (...) O brasileiro olha para si com olhos de multiculturalismo imaginado, irreal, exagerado” (Pierucci, 2005, s/p). Questionava-se, diante dos dados do Censo de 2000, O sociólogo da religião (2005, s/p; 2004): “[...] que bela diversidade religiosa é essa a nossa, na qual as religiões verdadeiramente outras, as religiões não-cristãs — judeus, afros, hinduístas, islâmicos, budistas etc. — não somam mais do que 3,5% da população?”. Em termos numéricos, recordamos que havia 74% de católicos, 15,5% evangélicos, que somados davam 89,5%, de cristãos, 9 entre 10 brasileiros. As verdadeiramente outras, no Censo de 2022, podem estar dissolvidas na categoria ‘Outras Religiosidades’, que alcançou em torno de 4%. De toda forma, é um amento com alguma expressão, mas, ainda limitado.

Ainda no Censo de 2010, quando as curvas irrefreáveis, aparentemente, emborcavam ladeira abaixo o catolicismo, mas também religiões afro-brasileiras e igrejas evangélicas tradicionais, e colocavam a pino os evangélicos

(pentecostais, não os protestantes históricos), Pierucci (2004; 2006; 2012) ensaiou uma interpretação, com traços weberianos, apontando duas tendências essenciais (à época): crescimento da liberdade religiosa e declínio da forma de religião tradicional (religião de herança e do ambiente em que ela prospera), em detrimento da forma racional-moderna de escolha individual. Pierucci (2006) argumentou que a religião universal de salvação individual se tornou uma forma religiosa que tendia a predominar sobre as demais, visto que funciona como um dispositivo que desliga as pessoas do contexto cultural de origem, produzindo destradicionalização e individualização, junto com a ideia de escolha e decisões individuais em detrimento da herança religiosa, da herança transmitida e de formas tradicionais de vida comunitária. Abaixo, o Quadro 1 nos mostra um pouco dos argumentos em questão. A diversidade existe, mas o peso da sua representatividade, extensão e profundidade é uma outra questão que os números censitários não conseguem responder completamente.

Quadro 1 - Indicadores sociais brasileiros – Percentuais - Religião

Religião	1872	1890	1940	1950	1970	1980	1990	2000
Católicos	99,77	98,93	95,01	93,49	91,77	88,95	83,80	73,8
Protestantes	-	1,0	2,61	3,35	5,16	3,37	2,98	-
Espíritas	-	-	1,12	1,59	1,26	0,72	1,12	1,3
Outras	-	0,1	0,58	0,58	1,02	0,94	0,06	1,8
Sem religião e sem declaração	0,28	0,05	0,46	0,79	0,76	1,9	5,13	7,30
Ortodoxos	-	0,01	0,09	0,13	-	-	-	-
Israelitas	-	-	0,13	0,13	-	0,07	-	-
Pentecostais	-	-	-	-	-	3,24	6,16	-
Evangélicos ³	-	-	-	-	-	-	9,10	15,50

Fonte: Elaboração dos autores com dados do IBGE.

Os dados expostos indicam uma nova configuração católica: em 1970 os números registram 91,77% da população e em 2000 tal porcentagem atingiu 73,8%. No período de 1872 (99,77%) até 1970 (91,77%), as diferenças chegaram a apenas 8,01%. Um breve exame dos Censos de 1970 a 2000 evidencia um ritmo na diminuição dos católicos, que vai se arrefecendo um pouco. Os dados

³ Esta categoria segundo o IBGE engloba os protestantes históricos e os pentecostais.

demográficos apontam um crescimento considerável dos evangélicos, que o clero católico, movimentos carismáticos, tradicionalistas, conservadores e integristas, consideram uma forte ameaça à hegemonia histórica. De 1970 até 1980 verifica-se um aumento de aproximadamente 28%. Esses passam de 5,16% para 6,61%. Entre 1980 e 1990 há um aumento de 38%. Ao fim dos anos 1990 o montante chegou aos 15,5%, atingindo um nível de crescimento de 69%. A comparação entre os dados de 1970 (5,16%) e 2000 (15,5%) indica um crescimento aproximado de 200%. Mas no último Censo a explosão evangélica reduziu seu ritmo, em termos fortes e drásticos, se a compararmos com o *boom* ocorrido entre 1980 e 2010.

Nesse sentido, argumenta-se que processo de diversificação no campo religioso brasileiro,⁴ mais intenso a partir de 1980, atinge na década de 2000, possui três elementos fundamentais: 1) preexistência de espaços não-católicos ligados à história do povoamento; 2) avanço das frentes pioneiras, terreno fértil para o proselitismo dos pastores; 3) urbanização acelerada que favorece o surgimento de novas religiões, a difusão de religiões vindas do exterior e a reconfiguração das tradicionais. Os troncos religiosos principais, com suas instituições eclesásticas, continuam a ser repositórios da tradição e fonte do capital sagrado, mas vivem crise de autoridade no mundo moderno plural e secularizado, em que a religião cada vez mais se torna subjetivamente relevante (Negrão, 2008; 2008b).

Acerca dos dados do Censo de 2010, Andrade e Menezes (2014) analisam os números com ênfase no universo cristão (católicos e evangélicos), comparando o crescimento e decréscimo dos diversos grupos ao longo dos últimos 30 anos, sem perder, contudo, a perspectiva de crescimento do número de espíritas e o decréscimo e/ou estagnação das religiosidades afro-brasileiras, e, também, o crescimento do grupo que se declara sem-religião. A abordagem centrou-se na identificação das permanências e rupturas dos sentidos desse campo e nos seus limites, e elencou três tendências estatísticas: 1) diminuição do segmento católico; 2) crescimento dos evangélicos, sobretudo nas vertentes

⁴ A realidade social das religiões no Brasil será interpretada aqui a partir do conceito de campo religioso elaborado por Pierre Bourdieu (1998) aqui entendido como uma esfera conflitual e agonística e constituído a partir da concorrência interna entre diferentes instâncias pelo monopólio da produção e distribuição dos “bens simbólicos de salvação”, através de agentes reconhecidos como legítimos para produzir, reproduzir, gerir e distribuir tais bens (Bourdieu, 1998).

pentecostalizadas; 3) crescimento dos sem-religião (Andrade; Menezes, 2014). Esses autores demonstravam que os dados do Censo 2010 apontavam que a proporção de católicos seguia a tendência de redução observada nas décadas anteriores. Em um universo de 190.755.799 de brasileiros registrados pelo Censo 2010, foram 123.280.172 que se declararam católicos (64,29%), uma redução dos 73,8% em relação ao Censo de 2000. Embora o perfil religioso da população brasileira tenha se mantido, a maioria católica vinha perdendo adeptos. Não é demais acrescentar que essa redução ocorre no meio da população católica tratada como fiel nominal, isto é, dos que declaram vinculação em virtude da tradição – ter nascido e ter sido batizado no interior de família católica. Em segundo lugar, o segmento evangélico foi o que mais cresceu no Brasil. Em 2000, eles representavam 15,4% da população. Em 2010, chegaram a 22,2%, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões). A terceira constatação é o aumento de adeptos do espiritismo (de 1,3% em 2000 para 2,0% em 2010) e dos sem-religião. Em 2000 havia 12,5 milhões (7,3%) do segmento “sem-religião”. Em 2010 esses declarantes chegaram a 15 milhões (8%) (IBGE, 2010).

O Quadro 2 apresenta de forma mais extensa os dados das quatro principais correntes religiosas que, somadas, ultrapassam os 95% da população brasileira. Notamos que a categoria sem-religião é multiforme, multifacetada e engloba agnósticos, ateus e pessoas que não possuem vinculação religiosa institucional, mas que possuem crenças ou comportamentos religiosos e não-religiosos. Religiões diversas e plurais, com maior alteridade em relação ao padrão cristão, como o budismo, islã e hinduísmo, são pouco ou nada expressivos em termos numéricos. Países e cidades europeias possuem, nesse sentido, muito maior diversidade. Paris, Amsterdam e Londres possuem mais alteridades religiosas e não-religiosas (islâmicos, hindus e ateus) que o Brasil inteiro. Mas, uma novidade é a presença, no atual Censo de 2022, de pessoas que se declaram vinculadas às tradições indígenas, alguns milhares, o que, apesar de sua pouca expressão numérica, não deixa de levantar interrogações.

Quadro 2 - Panorama Geral dos Censos - Religião - IBGE

Ano	Total (milhões)	Católicos (milhões)	%	Evangélicos (milhões)	%	Sem religião (milhões)	%	Espiritismo	%	Afro-brasileiros	%
1872	9.93	9.90	99.7 %	0.03	0.3 %	—	—	—	—	—	—
1940	41	38.8?	94.7 %	1.1?	2.7 %	0.12?	0.3 %	0.5?	1.2 %	—	—
1920	O quesito religião foi suprimido do questionário										
1930	Não foi aplicado (Revolução de 1930 e convulsões sociais)										
1970	94	86.4	91.8 %	4.9	5.2 %	0.75	0.8 %	—	—	—	—
1980	121	107.7	89.0 %	8.0	6.6 %	1.9	1.6 %	0.85	0.7 %	0.7	0.6 %
1990	146	121.7	83.3 %	13.1	9.0 %	6.9	4.7 %	1.6?	1.1 %	0.6	0.4 %
2000	170	125.1	73.6 %	26.5	15.6 %	12.6	7.4 %	2.2?	1.3 %	0.51?	0.3 %
2010	204	132.8	64.6 %	45.3	22.2 %	16.3	8.0 %	4.1?	2.0 %	0.6	0.3 %
2022	203	100.2	56.7 %	47.4	26.9 %	16.4	9.3 %	3.7	1.8 %	2.1	1.0 %

Fonte: Elaboração dos autores com dados do IBGE.

O que nos dizem os dados de 2022 em perspectiva histórica? Permanecem essas tendências estatísticas já verificadas em outros Censos? Depois de um atraso significativo de cerca de três anos, sobretudo em decorrência da pandemia de Covid-19⁵ e da pouca atenção do governo Bolsonaro (2019-2022) em relação às pesquisas realizadas pelo IBGE, pode-se acessar os dados do Censo Demográfico realizado em 2022. Após um período de espera, os(as) cientistas sociais brasileiros(as) já podem substituir os dados relativos ao Censo 2010 em suas pesquisas, analisados à exaustão por mais de uma década.

Entendemos que é preciso refletir criticamente sobre as formas como a metodologia e as categorias dos Censos evoluíram ao longo de mais de um século. As metodologias, as formas de coletar amostras e o refinamento das categorias variaram ao longo do tempo, o que não permite uma comparação direta absoluta entre os números. Dessa forma, as interpretações não derivam de comparação direta, mas de um amplo desenho de tendências que devem ser compensadas por estudos qualitativos. Como observa Santos (2014), a partir de 1980, com o crescimento das igrejas evangélicas pentecostais, mudou-se a forma como os entrevistados declaravam seu pertencimento. Criaram-se nomenclaturas para

⁵ Utilizamos o termo *sindemia*, cuja origem é a antropologia médica dos anos 1990, para mostrar que, na modernidade, doenças massivas, crônicas e outras, não podem ser tratadas como puros agentes da natureza. Elas são agentes biopolíticos e sociais, estão fundidas com a sociedade e a economia, como demonstrou o novo coronavírus, que se difundiu a partir do epicentro em Wuhan, China, em dezembro de 2019, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi informada sobre vários casos de uma nova estirpe de coronavírus. (Sena, Sofiatti e Andrade, 2022).

abranger o grande número de declarações de denominações religiosas surgidas na apuração dos dados. Para Pierucci (2008), essa nova configuração seria o efeito da crescente liberdade/modernidade religiosas.

2 Diversidade religiosa: necessidade de revisão conceitual

O universo populacional do Censo 2022 foi constituído por 175.549.400 pessoas, o que equivale a 86,44% da população brasileira estimada, que era de 203.080.765 no momento de publicação dos dados. No Censo 2022, a pergunta “Qual é sua religião ou culto” foi aplicada à população de 10 anos ou mais recenseada por meio do questionário da amostra. Nas terras e setores de agrupamentos indígenas, alterou-se para “Qual a sua crença, ritual indígena ou religião?” (IBGE, 2022b). Foram adotados quatro formulários. O primeiro foi o *Questionário de Pesquisa do Entorno*, utilizado na operação de pré-coleta do Censo Demográfico, com ênfase no registro de um panorama estatístico de alguns elementos da infraestrutura urbana das cidades brasileiras. O segundo foi o *Questionário Básico*, que contou com 26 questões e investigou as principais características do domicílio e dos moradores. O terceiro é o *Questionário da Amostra*, adotado para uma parcela dos domicílios, que contou com 77 questões. Além dos quesitos presentes no segundo, o terceiro continha outros itens mais detalhados, bem como quesitos sobre temas específicos: características dos domicílios, identificação étnico-racial, nupcialidade, núcleo familiar, fecundidade, religião ou culto, deficiência, migração interna ou internacional, educação, deslocamento para estudo, trabalho e rendimento, deslocamento para trabalho, mortalidade e autismo. Foram investigados cerca de 75 milhões de domicílios particulares permanentes do país. O *Questionário da Amostra* foi aplicado em aproximadamente 11% desse contingente, ou seja, cerca de 8,5 milhões de domicílios.⁶

Conforme os itens que compuseram o *Questionário da Amostra*, os dados relacionados à filiação religiosa estão no item nove, “Religião ou Culto” (para pessoas de dez anos ou mais de idade). Foram duas questões abertas, de acordo com dois grupos: 1) *Qual a sua religião ou culto?* 2) *Qual a sua crença, ritual indígena ou religião?* As respostas de autodeclaração religiosa, assim como nos

⁶ Também foram aplicados em agrupamentos indígenas o Questionário de Abordagem Indígena, que buscou reunir informações de infraestrutura, educação, saúde e os hábitos do agrupamento visitado (IBGE, 2022a).

Censos de 2000 e 2010, foram articuladas em sete grupos, além de “Não sabe ou sem declaração”, a partir da classificação em duas modalidades: religião e religiosidade, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Indicadores Sociais Brasileiros – Religião - 2022

Grandes grupos de Religião	População	Porcentagem
Católica Apostólica Romana	100.216.153	56,75%
Evangélicas	47.418.024	26,85%
Sem religião	16.385.342	9,28%
Outras religiosidades	7.079.101	4,01%
Espírita	3.257.455	1,84%
Umbanda e Candomblé	1.849.824	1,05%
Não sabe ou sem declaração	294.827	0,17%
Tradições indígenas	99.425	0,06%

Fonte: Elaboração dos autores com dados do IBGE.

O que nos apontam os dados? O que eles não dizem? De acordo com o Instituto, “[...] o Censo Demográfico de 2022 mostrou a consolidação das mudanças do perfil religioso do Brasil” (IBGE, 2025b). Constatamos três tendências registradas em comparação à 2010: 1) redução do percentual de católicos apostólicos romanos (de 65,1% para 56,7%) e aumento de evangélicos (de 21,6% para 26,9%) e sem-religião (de 7,9% para 9,3%).

A religião espírita apresentou queda de 2,2% para 1,8%. A Umbanda e Candomblé tiveram aumento de 0,3% em 2010 para 1,0% em 2022. 2) No Censo de 2022, o catolicismo liderou em todas as grandes regiões do país, com maior concentração no Nordeste (63,9%) e no Sul (62,4%). Os evangélicos, por sua vez, estavam em maior proporção no Norte (36,8%) e no Centro-Oeste (31,4%). A presença dos espíritas se destaca no Sudeste (2,7%), os umbandistas e candomblecistas no Sul (1,6%) e no Sudeste (1,4%). O Sudeste (10,5%) também reunia a maior quantidade de pessoas sem religião. 3) Em relação aos grupos de idade, os católicos apostólicos romanos são a maioria em todas as faixas, mas a proporção variou entre 52,0%, na faixa etária de 10 a 14 anos, a 72,0% na faixa etária de 80 anos ou mais (IBGE, 2025).

O primeiro destaque é a taxonomia adotada. Adotou-se para o Censo 2022 três classificações e mudanças em relação ao levantamento de 2010. Nesse, os resultados foram apresentados em 25 grupos de religião e religiosidades, a saber (ordem alfabética): Candomblé, Católica Apostólica Brasileira, Católica

Apostólica Romana, Católica Ortodoxa, Budismo, Espírita, Espiritualista, Evangélica, Hinduísmo, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Islamismo, Judaísmo, Não determinada e Múltiplo Pertencimento, Novas Religiões Orientais, Não Sabe, Outras declarações de religiosidades afro-brasileiras, Outras Religiões Orientais, Outras religiosidades, Outras religiosidades cristãs, Sem Religião, Testemunhas de Jeová, Tradições Esotéricas, Tradições Indígenas, Umbanda, Umbanda e Candomblé (IBGE, 2012).

Em relação às estruturas classificatórias, as grandes categorias eram, no Censo de 1991, 12; no de 2000, 49 e no de 2010, 52.⁷ Na maioria das vezes, havia subcategorias. No censo de 2022, o IBGE promoveu uma grande reorganização, e reduziu as grandes categorias para 9: Católica Apostólica Romana, Evangélicos, Espíritas, Umbanda e Candomblé, Tradições Indígenas, Outras religiosidades, Sem-religião, Não sabe, sem declaração. Ademais, deslocou algumas de lugar, agrupou outras, eliminou algumas, mudou os descritores de classificação e excluiu os grupos de duplos ou múltiplos pertencimentos (Não Determinada e Múltiplo Pertencimento). Os católicos são apresentados em uma grande categoria (Católica Apostólica Romana). As religiões de matrizes afro-brasileiras foram reorganizadas em uma grande categoria principais, Umbanda e Candomblé, com as seguintes subcategorias: Umbanda, Candomblé e Outras declarações de religiosidades afrobrasileira.

No censo de 2022, o campo evangélico ficou assim: Evangélicas de Missão; Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Luterana; Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Presbiteriana; Evangélicas de Missão-Igreja Evangélica Metodista; Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Batista; Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Congregacional; Evangélicas de Missão-Igreja Evangélica Adventista; Evangélicas de Missão-outras; Evangélicas de origem pentecostal; Evangélicas de origem pentecostal-Igreja Assembleia de Deus; Evangélicas de origem pentecostal-Igreja Congregação Cristã do Brasil; Evangélicas de origem pentecostal-Igreja o Brasil para Cristo; Evangélicas de origem pentecostal-Igreja Evangelho Quadrangular; Evangélicas de origem pentecostal-Igreja Universal do Reino de Deus; Evangélicas de origem

⁷ Ver os anexos do texto de Cunha e Menezes (2014) e do Iser, no qual consta o texto de Fernandes (2025).

pentecostal-Igreja Casa da Bênção; Evangélicas de origem pentecostal-Igreja Deus é Amor; Evangélicas de origem pentecostal-Igreja Maranata; Evangélicas de origem pentecostal-Igreja Nova Vida; Evangélicas de origem pentecostal-Evangélica renovada não determinada; Evangélicas de origem pentecostal-Comunidade Evangélica; Evangélicas de origem pentecostal-outras; Evangélicas-igrejas evangélicas indígenas; Evangélica não determinada. Essas correspondem, mais ou menos, à configuração histórico-política que assumiram as denominações religiosas. O que chama atenção é que desde 1991, a grande categoria que mais possui subcategorias, são os evangélicos.

Na grande categoria “Outras Religiosidades”, as subcategorias foram: Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias; Testemunhas de Jeová; Católica Apostólica Brasileira; Católica Ortodoxa; Outras religiosidades cristãs; Espiritualista; Judaísmo; Hinduísmo; Budismo; Novas religiões orientais-Igreja Messiânica Mundial; Novas religiões orientais-Outras novas religiões orientais; Outras religiões orientais; Islamismo; Tradições esotéricas; Religiões ayahuasqueiras; Religiosidade não determinada ou mal definida; Declaração de múltipla religiosidade.

Algumas grandes categorias desapareceram, como que o Censo de 1991 agrupou como Neocristãs ou Paracristãs (Mórmons; Testemunhas de Jeová; LBV; Outras de neocristãs). O Censo de 2010 era bem mais amplo. Por exemplo, na grande categoria “Tradições Indígenas”, havia as subcategorias: Santo Daime; União do Vegetal; A Barquinha; Neoxamânica e Outras Indígenas. Na grande categoria Budismo, havia Budismo; Nitiren; Budismo Theravada; Zen Budismo; Budismo Tibetano; Soka Gakkai; Outras Budismo. Nos Censo de 2000 e de 2010, havia a grande categoria Tradições Esotéricas, que não havia em 1991 e que deixou de existir em 2022.

Os critérios para a redução das categorias classificatórias estão ainda pouco distintos, mas parecem seguir a ideia que Goreth Santos (2014) tinha debatido no Censo de 2010. Há um dilema: quanto mais capilarizadas são as categorias, aparentemente, melhor o mapeamento da diversidade religiosa brasileira, mas, por outro lado, o extremado processo de divisão, torna os números mais dispersivos, e dificulta uma visão panorâmica da diversidade

religiosa, além de tornar a aplicação censitária mais lenta, difícil e custosa.

Sabe-se, por investigações etnográficas e outras, que os campos religiosos são muito diversificados. Por exemplo, no campo afro-brasileiro, há múltiplas formações, formas emergentes, como o culto da Jurema ou formas mais tradicionais, como o Tambor de Mina de Mina, o Batuque. Mas, são expressões mais regionais, mais localizadas, ao contrário dos agrupamentos evangélicos, que são capilarizados nacionalmente. Em termos mais amplos, a categoria de “Outras religiosidades” pode sinalizar a busca por expressões religiosas menos tradicionais, híbridas ou privadas, menos ligadas a grandes instituições, com mais errância e trânsito, ainda que dentro do mesmo espectro, sendo mais difíceis de classificar rigidamente. Porém, essa classificação é imprecisa, pois falta evidências sobre quais crenças estão incluídas e em que proporção, o que, de fato, compromete uma melhor compreensão de um campo que agrupa mais de 7 milhões de pessoas. Tomado como um conjunto, seria o quarto maior agrupamento do Censo de 2022. É de se pensar que muitas minorias, que chegaram a aparecer como categorias ou subcategorias em outros Censos, integrem essa grande massa heterogênea.

Por outro lado, quando abordamos o campo religioso no Brasil, em alguns coletivos há uma tendência geral de não haver adesões rápidas e nem definitivas a uma determinada *membresia* e ao simbólico a ela referido. Nesse segmento do campo religioso, as adesões religiosas tendem a ser graduais, mas quase nunca definitivas, com vivências dúplices do simbólico e a admissão de atração ou de intenções de futuras incursões em outros universos. Em algumas situações registram-se duplicidade ou mesmo a multiplicidade de crenças e de participações (Negrão, 2008; 2008b).

Desconfia-se que as duplicidades estão presentes e se diversificam, bem como ambiguidades, incapacidade de distinguir simbologias diversas e confusão diante do grande número de alternativas dentro do campo religioso global. Diante do múltiplo e do obscuro, procura-se muitas vezes o refúgio do que parece ser comum e evidente. Destacamos também a restrita participação institucional/intensa sacramental de seus agentes, sua circulação por diferentes grupos religiosos, o acesso a velhas e novas crenças e práticas e, ainda, no que

respeita à crescente individualização do religioso, vivido em duplicidades ou mesmo multiplicidades. Enfim, essa realidade plural das religiões propicia as condições para o desenvolvimento das duplicidades, multiplicidades e construções religiosas personalizadas. Sobretudo quando estão enfrentando problemas difíceis e não encontram soluções nos canais institucionalizados, ou a eles não têm acesso, é que são convidados e levados aos locais de culto por parentes, namorados, amigos, vizinhos ou conhecidos (Negrão, 2008; 2008b).

3 Os “grandes grupos de religião”: limites das classificações para a análise da diversidade

As grandes tendências gerais que vinham se desenhando nos últimos Censos, pelo menos desde 1940, como o declínio do catolicismo, a ascensão dos evangélicos, seguida pelo crescimento dos sem-religião, dos espíritas e a sub-representação dos afro-brasileiros, precisam ser ponderadas e problematizadas diante dos dados numéricos de 2022. O cruzamento de dados (região, grau de instrução, raça/cor, gênero, idade) são essenciais para qualificar o montante quantitativo censitário. Todavia, sem os dados desagregados disponíveis, não será possível uma análise mais acurada. Mesmo assim, a seguir, tentaremos explicitar algumas questões.

O argumento que se segue é que esse dados atuais não podem ser bem entendidos sem o contexto social no qual estão inseridos. Os extensos processos de modernização social, em chave conservadora ou progressista, a industrialização/urbanização, as dinâmicas do capitalismo industrial, liberal, neoliberal e, atualmente, a plataformização do mercado de consumo e de trabalho, afetaram a dinâmica sociorreligiosa brasileira. Junto a uma trama de fatores políticos (autoritarismo) e sociais (êxodos rural, favelização, empobrecimento e outros), movimentos e mudanças sociorreligiosas foram produzidas, o que os Censos captam, ainda que com limitações. Nesses processos, podemos sumarizar alguns pontos relevantes em relação às maiores famílias religiosas e às menores. A exposição a seguir não é uma revisão histórica, nem pretende ser exaustiva, tampouco arrogar-se uma interpretação única. Entretanto, pretende ser um apontamento de questões que entendemos como centrais, sendo que algumas das quais não são, aos nossos olhos, consensuais

entre as narrativas produzidas pela academia.

3.1 Catolicismos

A velha fortaleza monopólica viu-se abalada pelos ventos laicos republicanos e, desde então, sangra fiéis, passando de 99% em 1872 a 56% em 2022. Entre 2010 e 2022, a parcela de católicos recuou de 65,1% para 56,7%, variação negativa de 8,4 pontos. Falamos em média geral, porque se adentrarmos em medidas ponderadas por região, estado e cidades, as perdas podem ser mais acentuadas ou menos impactantes.

Na região Norte, nos estados amazônicos, por exemplo, os católicos estão abaixo da média geral, mas no Nordeste, estão acima da média na maioria dos estados, em cidades e regiões interioranas. Se esmiuçamos mais, contrastando, por exemplo, as capitais nordestinas e seus interiores, veremos que estas são menos católicas, se comparadas com sertão e o agreste. A capital nordestina menos católica parece ser Salvador, com apenas 43,96% de católicos, e a mais católica, Maceió, com 51,94%, o que é uma brutal variação quantitativa dentro de uma realidade regional. Mas, é importante diferenciar entre Igreja Católica e catolicismo. A Igreja é entendida como expressão institucional do catolicismo, que, ao final e ao cabo, pode ser considerado no plural, devido as segmentações internas dinâmicas. Numa apuração censitária, no entanto, a evidenciação dessa diversidade histórica interna não é delineada por questões metodológicas. Ao longo do tempo, a Igreja Católica promoveu profundas reorganizações, tentou alianças com o poder político estatal, criou instituições internas, como a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), passou por crises globais e grandes mudanças de rumo (Concílio Vaticano II) e enfrenta impasses e estagnações. Podemos afirmar, com segurança, que o quadro de mudanças e disputas sociorreligiosas que vivemos nos últimos cem anos – sincretismos, mesclas, enfrentamentos, anti-sincretismo – se deu e ainda se dá dentro de uma configuração histórico-cultural católica, ainda que em processo de descenso e ocaso, mas com alguma pluralidade e complexidade internas (Sanchis, 1995; Camurça, 2009).

O quanto ainda há de diversidade interna é objeto de questionamento

devido à forte ascensão do conservadorismo, integrismo e reacionarismos religiosos, bem como à mudança nas configurações internas, ao agrupamento de movimentos num espectro moralista radical – como a Renovação Carismática Católica e os grupos, tais como a Tradição Família e Propriedade e Arautos do Evangelho – e à debilidade institucional de movimentos marginalizados – como a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base. Talvez o que mais se ressalte seja um sentimento de diversidade, uma sensibilidade mais plural: expressões santoriais, novas comunidades religiosas, expressões negras (congadas, agentes de pastoral negros e outros), expressões marianas, e outras.

3.2 Campo evangélico

Sabe-se, desde o “primeiro Censo” em 1872, da diversidade institucional do mundo evangélico, que pode ser assim dividido: protestantes históricos, evangélicos de missão, evangélicos pentecostais, presbiterianos e batistas (e suas dissensões), metodistas, assembleianos, pentecostais autônomos, dentre outras possibilidades. No entanto, ainda que em um campo tão diverso, há agrupamentos de consensos mínimos doutrinários, ideológicos e políticos.

Desde os anos 1960, o crescimento evangélico vinha em constante aceleração, acompanhando o capitalismo e a modernização conservadora. Seu processo de expansão e empoderamento acompanhou as profundas mudanças sociais – massivos desenraizamentos, urbanização desenfreada, ascensão de ideologias neoliberais atomizadoras dentre outras –, somadas às suas dinâmicas próprias, como o sentido de missão, a busca por conversão, proselitismo.

Indagando se sobre do poder de fazer enormes bancadas e sobre as igrejas como “máquinas eleitorais”, Prandi e Santos (2019) mostram que essas novas capacidades e habilidades, longe de serem produtos retóricos – a força da palavra conservadora na boca do porta-voz divino, o pastor – são frutos de lastreamentos comunitários. Em outras palavras, as igrejas se tornaram comunidades de conversação, apoio e ajuda mútua, *lôcus* de enraizamento social, contrapostos aos múltiplos desenraizamentos – econômicos e sociais – da sociedade contemporânea.

Os Censos de 1990, 2000 e 2010 – anos de ascensão do neoliberalismo –

registraram saltos de crescimento evangélico, que deram a impressão de uma maioria esmagadora iminente. Mas, em 2022, ocorreu a primeira desaceleração, se compararmos esses números com os crescimentos anteriores e as projeções estatísticas puras. O contexto censitário coincide com a ascensão, dentro do regime neoliberal, de um capitalismo plataformizado, financeiro-digital (Ghiraldelli, 2025). É uma questão aberta às razões pelas quais o crescimento evangélico deu mostras de fadiga e perda de fôlego.

O campo evangélico se tornou capilarizado desde sua inserção no Brasil e hoje se encontra misturado ao mundo secular, numa espécie de secularização profunda, mas contrabalançada por correntes de rejeição e separação do mundo (Weber, 1982), que buscam experiências místicas, extáticas, presentes desde o começo de seu processo expansivo. Com isso, as expressões mercadológicas não-tradicionais ganharam destaque por meio de condomínios residenciais temáticos, parques de diversões, academias, bancos digitais, aplicativos de relacionamento e planos de saúde numa mistura de fé, consumo e identidade. Exemplos recentes incluem o Condomínio Manancial da Fé, em Nova Iguaçu (RJ), o banco digital Clava Forte, de André Valadão, a academia Sou Mais Cristo, em Curitiba, e o parque Terra Prometida, anunciado pela Prefeitura do Rio.

Há, nesse sentido, o forte investimento comunicacional e político (eleição de vereadores, deputados e senadores) feito há mais de 30 anos pela Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça, Sara Nossa Terra, dentre outras. Não se sabe se essa lógica – a de mercadorização (comoditização), concorrência de consumo, midiaticização – também se replica de forma similar aos outros campos religiosos, mas não seria surpresa, dada a expansão da lógica econômica capitalista e da cultura e pensamento neoliberais e sua hegemonia.

Em termos raciais, os evangélicos autodeclarantes no Censo de 2022 são, em sua maioria, parda (49,1%), seguida de preta (12,0%). Somadas, essas expressões auto-assumidas representam impressionantes quase 72%. Mas nas mídias, nas televisões, nos programas, na bancada evangélica, a impressão é justamente a inversa, com a maioria branca autodeclarada.

Os evangélicos apresentam forte inserção em áreas periféricas urbanas. Ao

mesmo tempo, estão acima da média nas capitais e em algumas cidades da região Norte, em que Manaus e Belém são exemplos de metrópoles urbanas em plena floresta amazônica e possuem, respectivamente, 39,49% e 33,43% de evangélicos, bem mais que a média nacional de 25,4%.

3.3 Sem-religião

Mais brasileiros se dizem sem religião, um contingente que começa a aparecer no Censo de 1960, pois antes não havia sequer essa pergunta. Desde seu aparecimento, no entanto, o crescimento tem sido constante, sem saltos, mas sem desaceleração. O agrupamento é dos mais heterogêneos e complexos, pois abarca pessoas que não se sentem afinadas e afiliadas a nenhuma instituição ou fé religiosa específicas, singularizadas ou institucionalizadas. O agrupamento cresce consistentemente e passou de 12,8 milhões de pessoas em 2010, para 16,4 milhões em 2022, o que representa um salto de 28%.

Novamente, se cruzarmos os dados por região e cidade, por gênero, escolaridade e outras variáveis, veremos especificidades que necessitam estudos mais profundos. Salvador é das cidades que tem o maior contingente de sem-religião, 18%, o dobro da média nacional, que se encontra em 9%, aproximadamente. Em termos raciais, 45,1% se declaram pardos e 39,2% brancos. Quais os motivos dessas variações e tendências? O Censo não mostra, e os números mais levantam questões que ajudam a respondê-las. O fenômeno *new age*, que toma corpo nos anos 1960, as críticas às instituições e paradigmas religiosos tradicionais, bem como aos dogmas religiosos, a busca por inspirações e experiências extra institucionais, em novos formatos e possibilidades e em associação com as profundas mudanças sociais, urbanas e políticas, são parte da explicação para esse sólido crescimento (Amaral, 2000). No entanto, há questões em aberto, sobretudo quando cruzamos escolaridade, classes sociais, raça e região/cidades.

3.4 Espiritismos

Desde o século XIX, os espíritas encontram-se enraizados no tecido do campo religioso. Crescendo a partir do catolicismo – alguns dos quadros mais

ilustres foram ex-católicos – e das camadas médias e letradas, militares, funcionários públicos e profissionais liberais, vinham em crescimento lento, porém, persistente. Os embates com a Igreja Católica, que se incomodou profundamente com sua presença, com a medicina e com o Código Penal restritivo e discriminatório, foram vencidos, mas imprimiram caracteres distintos do *locus* de nascimento francês-parisiense e de seus discursos inaugurais, que assumia ser um pensamento racional, uma ciência (do mundo espiritual) e uma prática moral. Suas características iniciais – alto letramento e classes urbanas média/alta – circunscreveram seu crescimento a setores específicos, muito embora suas ideias se popularizaram e marcaram expressões religiosas como a Umbanda (cristã ou de mesa branca), e se estenderam além do continente autodeclarado, trazendo católicos para o sincretismo de ideias e práticas.

Tornou-se assim uma religião com base na ideia de caridade, oferecendo não os serviços mágicos, mas sociais: o ditado “Fora da caridade não há salvação”, erguido no século XIX para se contrapor ao dogma católico “Fora da Igreja não há salvação”, vingou em instituições para o cuidado de idosos, crianças, dependentes/adictos, hospitais, escolas etc. Nos últimos 20 anos, no entanto, linhas de força latentes, como aquela que distingue entre conservadores e progressista, tornou-se explícita com conflitos e polêmicas. Lideranças expressivas deram apoio ao movimento de extrema-direita que assumiu o poder em 2018, como Divaldo Franco. Os poucos políticos eleitos, expressamente autodeclarados espiritualistas ou espíritas, encontram-se no espectro da extrema-direita, como o senador Eduardo Girão (Ceará).

Em termos raciais, os espíritas se autodeclararam como 63,8 % brancos e 26,3 % pardos. Nenhuma outra corrente ou agrupamento religioso brasileiro possui essa proporção tão desigual entre os que se autodeclararam nos recenseamentos do IBGE. No entanto, no Censo de 2022, a surpresa: seu decréscimo. A proporção de pessoas que se autodeclararam espíritas caiu de 2,2 % em 2010 para 1,8 % em 2022, uma redução de 0,4 pontos. Em termos absolutos, o número estimado de adeptos passou de cerca de 3,5 milhões para 3,3 milhões, representando uma queda aproximada de 7 %. Na Região Sudeste,

registrou-se a maior concentração de espíritas: 2,7 %, acima da média nacional, e as menores encontram-se no Nordeste e Norte. Os maiores recuos nos autodeclarantes do espiritismo ocorreram no Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul. Por outro lado, é o grupo religioso mais feminino, com crescimento de 58,9%, em 2010, para 60,6% em 2022. ⁸ Rodrigo Toniol (2025) levanta uma hipótese interessante: a constituição de políticas públicas de proteção social, transferência de renda, em especial nos últimos 20 anos, podem ter tido um impacto ao desatrelar o bem-estar social mínimo da curatela religiosa, em especial, a espírita. Mas, avançamos mais essa hipótese: a mínima institucionalização de políticas públicas de bem-estar social, transferência de renda, política de cotas, e muito outros, também podem ter afetado, em alguma medida, o campo evangélico (desaceleração do crescimento) e o campo católico. Ambos os campos possuem também, inserção em serviços sociais, acoplados aos serviços espirituais-religiosos, como os espíritas. Ao subtrair populações vulneráveis de influências religiosas, as políticas estatais públicas instauram novas linguagens racionais laicas, que não estão sob controle dos profissionais do sagrado (pastores, padres e magos e outros), e que também podem colaborar para a destradicionalização do religioso e o aumento dos sem-religião.

3.5 Matrizes africanas e indígenas

A presença de cultos e expressões afro-religiosas e indígenas é vasta, plural e ocorre de norte a sul do Brasil, acompanhando o brutal processo colonial e imperial de escravização dos africanos e indígenas. Batuque, Candomblé, Umbanda, Jurema e Tambor de Mina, são algumas das expressões que apresentam segmentações internas, dinamismo e longa história em termos políticos, litúrgicos e teológicos. Sua importância cultural e simbólica para a formação da sociedade brasileira tem sido largamente apontada e estudada. Os processos de sincretismos e mudanças variam dentro de cada grupo que constitui esse campo, no entanto. O Candomblé, por exemplo, se era mais étnica e socialmente setorizado antes dos anos 1960, com as fortes mudanças sociais e com as migrações passou ser mais universal, a ser adotado entre classes médias

⁸ Dados obtidos de fontes espíritas (Franzolim, 2023).

urbanas brancas do Sul e do Sudeste, expandindo-se para Argentina e Uruguai. A Umbanda e a Jurema também possuem histórias e desenvolvimento específicos, marcados por controvérsias quanto à origem, composição e proximidade com os grupos religiosos católicos e do Candomblé.

Não obstante às diferenças, esse largo campo pode ser agrupado por características comuns, como a ideia de herança e ancestralidade africana ou indígena, a estruturação em termos de iniciações de autoridades espirituais (pais e mães-de-santo, babalorixás, ialorixás, mestres etc.) e dinâmicas conflituosas e comunitárias e rituais de cura e serviço mágico. As aproximações com classes artístico-culturais e alianças pontuais com agentes individuais do estado/classes dirigentes, e a redefinição da identidade cultural do Brasil, essas religiões resistiram aos ataques e se fortaleceram. O campo afro-brasileiro, especificamente, vem enfrentando múltiplos desafios, como a perseguição policial e repressão estatal, que vinham desde o Império à República (até 1988) e a guerra religiosa movida por correntes neopentecostais. Essa guerra alcançou proporções apocalípticas e de extermínio, quando, nos anos 1990, a IURD e outras igrejas promoviam exorcismos de entidades e orixás em seus cultos e mídias. Os confrontos foram interpretados de modos diversos e opostos. Enquanto algumas interpretações enfatizavam o aspecto político-social, outras falavam das dimensões simbólicas complexas (Negrão, 1996). Reinaldo Prandi (2003), diante de análises empíricas sobre os Censos à época, deduzia que o segmento das religiões afro-brasileiras estava em declínio.

O campo denominado como *Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro* (POTMAs) pelo Ministério da Igualdade Racial (Brasil, s.d.) foi balançado por questões como o anti-sincretismo, a busca de identidade (África mítica), a adoção de múltiplas estratégias de inserção no espaço público, inclusive o recurso à via jurídica para defesa contra discriminações e ataques, culminando em questões delicadas sendo julgadas pelo STF. Há muitos aspectos a considerar, como por exemplo, a patrimonialização, a luta por reconhecimento e direitos: a Lei n.º 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas; a Lei n.º 11.645/2008, que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-

Brasileira e Indígena; a consolidação da Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012) e a inclusão, no calendário oficial, de datas como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (Lei n.º 11.635/2007), o Dia da Consciência Negra (20 de novembro, Zumbi) e o Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé (Lei n.º 14.519/2023). Esses dados também podem estar ligados a hipótese de bem-estar e reconhecimento social que aventamos anteriormente, mas em um outro sentido: minorias religiosas, cuja identidade é reconhecida e protegida socialmente pelos poderes públicos e pela sociedade, tendem a revigorar-se.

Não obstante os cenários complexos e bélicos, os adeptos das Umbandas e Candomblés mais do que triplicaram. Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro estão entre os estados que mais possuem membros das religiões afro-brasileiras: 3,2% e 2,1% da população, bem mais que a média nacional. Dentre os grupos religiosos, é o terceiro que mais possui adeptos autodeclarados brancos: 42,7 % brancos, contra 33,2 % pardos e 23,2% pretos. O Rio Grande do Sul, tradicionalmente associado a migração branca, europeia, possui o maior percentual de afro-brasileiros. São múltiplas as razões e interpretações para esses cenários e ainda estão para ser desenvolvidas. Um simples dado merece destaque, que é o de que as regiões riograndenses em que se registra o maior percentil, parte delas esteve associada ao regime escravocrata, com presença de população africana negra escravizada.

Em relação às tradições indígenas, a pergunta sobre religião foi: “Qual é sua religião ou culto?”, nas Terras Indígenas e nos Setores Censitários de agrupamentos indígenas, a redação do quesito foi alterada para “Qual a sua crença, ritual indígena ou religião?”. A população indígena no Brasil é de aproximadamente 1,7 milhão de pessoas, com um aumento significativo em relação a 2010, e que mais da metade (53,97%) reside em áreas urbanas, uma mudança notável em relação à predominância rural anterior. A população indígena passou de cerca de 900 mil em 2010 para mais de 1,7 milhão em 2022, um aumento de 88,96%. É, também, um campo muito complexo e variado em termos linguísticos e étnicos: mais de 100 etnias e línguas.

3.6 Outras religiosidades

Os dados não são evidentes em relação a esse escritor que agrupa, no entanto, 16 milhões de autodeclarados, ou melhor, de agrupados como “Outras Religiosidades”. Sob essa rubrica, o que constava em outros Censo como categorias ou subcategorias, foi realocado. Essa categoria agrupa uma enorme heterogeneidade - do Islamismo às Religiões ayahuasqueiras e Testemunhas de Jeová - que será desvendada quando os dados desagregados desenharem contornos mais precisos. Portanto, se nos outros grandes agrupamentos classificatórios do Censo de 2022 há uma dificuldade de entendimento da sua pluralidade e diversidade interna, no caso desta grande categoria, o que temos é um prejuízo às análises das autodeclarações religiosas feitas durante o recenseamento.

Conclusão

No que concerne aos dados do Censo de 2022, consideramos que há muito o que investigar e considerar nos dados gerais, específicos e em seu cruzamento com variáveis como renda, raça/cor, gênero, escolaridade ou ambiente. Isso porque, dentre eles, por exemplo, há o crescimento de participação feminina, que não se restringiu ao espiritismo.⁹ Muitos desses e de outros aspectos exigem mais dados empíricos e estudos, de forma que se possa entender os contextos e os motivos dessas mudanças.

Vale ressaltar que quando falamos desse *Brasil plural* estamos nos referindo à diversidade religiosa, conceito descritivo que possibilita captar o fenômeno observável da vasta quantidade de ofertas religiosas, religiosidades e espiritualidades disponíveis e apresentadas no contexto social, conforme destaque a miríade de pesquisas do campo das ciências sociais da religião. Aqui entendida como sinônimo de pluralidade, distingue-se do conceito ético-normativo e político de pluralismo religioso utilizado para se pensar as possibilidades de convivências justas, dialógicas, respeitosas e democráticas entre os diferentes grupos religiosos, incluindo a relação entre religiosos e não

⁹ Entre 2010 e 2022, os números de autodeclarantes mulheres passou, para os católicos, de 50,4% para 51,0%; para Umbanda e Candomblé, de 55,3% para 56,7%; entre os sem-religião, de 40,8% para 43,8%. Já em relação ao grupo que apresenta maioria masculina, entre os evangélicos houve queda, passando de 55,6% para 55,4%.

religiosos (Ribeiro & Franco, 2020). Pelo contrário, isso tem acirrado as disputas entre as *empresas de salvação* (Bourdieu, 1998) pela hegemonia do campo religioso. Numa configuração de pluralismo religioso as pessoas de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades vivem juntas pacificamente e interagem amigavelmente. Porém, faz pouco sentido falar de pluralismo quando as pessoas e os grupos sociais não se conversam. No pluralismo deve haver conversação constante, não necessariamente entre iguais, mas prolongada no tempo e cobrindo uma ampla variedade de temas (Pace, 2017). Os contornos da diversidade no Brasil ainda precisam ser mais estudados, pois isso não significa, necessariamente, a configuração de uma sociedade com mais pluralismo religioso. Assim, concordamos com Fernandes (2025) quando afirma que a diversidade não tem a ver somente com quantidade e mas sim com representação, visto que tem existido espaço para o desenvolvimento de outras matrizes religiosas no contexto social brasileiro.

Por outro lado, a mudança feita nas categorias classificatórias, reduzindo-as, ainda que seja por padronização e tratamento estatístico, desconsidera a heterogeneidade e as formas pelas quais as experiências e identidades religiosas vêm sendo vividas e construídas no Brasil. Da maneira como as categorias foram apresentadas, será preciso um esforço maior para entendimento do ponto de vista quantitativo do peso da diversidade religiosa dentro e fora dos cristianismos, a despeito das pesquisas qualitativas desenvolvidas pelas ciências sociais da religião. Há hipóteses instigantes que precisam ser aprofundadas sobre as tendências emergidas no censo de 2022, dentre elas, a descristianização progressiva da sociedade brasileira, embora lenta e a possível correlação das políticas públicas de bem-estar social e reconhecimento sociocultural e seus impactos, aparentemente diversos e paradoxais, sobre o campo religioso. A que conjunto de motivos se deve a queda dos espíritas, a desaceleração dos evangélicos, a continuidade da queda dos católicos, o crescimento dos sem-religião e o ressurgimento dos afro-brasileiros, exigirá muitas hipóteses, mais dados empíricos e um complexo conjunto de interpretações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Péricles; MENEZES, Jonatas. Censo 2010: antigas questões e novos desafios interpretativos à Sociologia da Religião. **Cadernos do Tempo Presente**, [S.

l.], n. 11, 2014. DOI: 10.33662/ctp.voi11.2763. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/2763>. Acesso em: 11 jun. 2025.

AMARAL, Leila. **Carnaval da alma** - Comunidade, essência e sincretismo na Nova Era. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL, Ministério da Igualdade Racial. **Guia De Orientação Para Denúncias De Racismo Religioso**. Brasília, s/d.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 5. ed., São Paulo: Perspectiva, 1998.

CAMURÇA, Marcelo. A. A Realidade das religiões no Brasil no Censo do IBGE2000. In TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. (org). **As Religiões no Brasil**. Continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2011.

CAMURÇA, Marcelo. A religião e o Censo: enfoques metodológicos. Uma reflexão a partir das consultorias do ISER ao IBGE sobre o dado religioso nos censos. In: CUNHA, Cristina V. da; MENEZES, Renata. Religiões em conexão: números, direitos, pessoas. **Comunicações do ISER**, n. 69. Rio de Janeiro: ISER, 2014, p. 8-18.

FERNANDES, Clemir. Censo de religião: *O predomínio dos cristãos e a pluralidade na democracia*. In **Um Brasil mais plural? Reflexões sobre os dados de Religião do Censo 2022**, Instituto de Estudos da Religião. – Rio de Janeiro, RJ: ISER, 2025.

FRANZOLIM, Ivan. Espiritismo no Censo 2022: Hora de Acordar para o Futuro. **Juventude Espírita**, 1 jul. 2023. Disponível em: <https://www.juventudeespirita.com.br/espiritismo-no-censo-2022-hora-de-acordar-para-o-futuro/>. Acesso em: 21 ago. 2025

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raças e racismos, junções e disjunções. **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 36, n. 2, p. 37-59, 2024. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.221936. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/221936>. Acesso em: 3 jun. 2025.

GHIRALDELLI, P. **Capitalismo 4.0**. Sociedades e subjetividades. São Paulo: CEFA Editorial, 2025.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Z Cultural**: Revista cultural do programa avançado de cultura contemporânea da UFRJ, [s.l.], ano 8, n. 2, online, 1995. Disponível: <https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico** – VI Recenseamento Geral do Brasil (1º de julho de 1950). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1953.

IBGE. **Censo Demográfico** – VIII Recenseamento Geral do Brasil - 1970. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1970.

IBGE. **Censo Demográfico** – IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1983.

IBGE. **Censo Demográfico** – Características Gerais da População e Instrução

(resultados da amostra). Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1991.

IBGE. **Censo Demográfico** – Características Gerais da População e Instrução (resultados da amostra). Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico** – Características Gerais da População e Instrução (resultados da amostra). Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2012.

IBGE. **Censo Demográfico** – Características Gerais da População e Instrução (resultados da amostra). Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2025.

IBGE. **Censo 2022**: católicos seguem em queda; evangélicos e sem religião crescem no país. Editoria de Marília Loschi. 2025b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais>. Acesso 3 jun. 2025.

IBGE. **Sobre os questionários**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://anda.ibge.gov.br/sobre/questionarios.html>. Acesso em: 3 jun. 2025.

IBGE. **Religiões: resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3f1708b5d315aca50d5a7d8764469c45.pdf. Acesso em: 3 jun. 2025.

MAFRA, Clara. Censo da Religião: um instrumento descartável ou reciclável? **Religião e Sociedade**, 24/2, 2004, p. 152-159.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 23, n. 2, p. 261-279, maio/ago. 2008.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Trajetórias do sagrado. **Tempo Social**, v. 20, n. 2, 2008b, p. 115-132.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. **Entre a cruz e a encruzilhada**. São Paulo, Edusp, 1996.

PACE, Enzo; OLIVEIRA, Irene Dias de; AUBRÉE, Marion (orgs). **Fundamentalismos religiosos, violência e sociedade**. São Paulo: Fonte Editorial, Edições Terceira Via, 2017.

PIERUCCI, Antônio F. Entrevista. **Ciência Hoje**. São Paulo: SPBC-Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, n. 222, dez. de 2005. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/entrevista-antonio-flavio-pierucci/> Acesso em: 3 jun. 2025

PIERUCCI, Antônio Flávio. "Bye bye, Brasil": o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2004. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10021>. Acesso em: 21 ago. 2025.

PIERUCCI, A. F.. Religião como solvente: uma aula. **Novos estudos CEBRAP**, n. 75, p. 111-127, jul. 2006.

PIERUCCI, Antônio F. De olho na modernidade religiosa. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 21, novembro 2008.

PIERUCCI, Antônio F. O crescimento da liberdade religiosa e o declínio da religião tradicional: a propósito do censo 2010. **Anuac** - Rivista dell'Associazione Nazionale Universitaria Antropologi Culturali, v. n. 2012, n. 2, p. 87-96, 2012 Tradução. Disponível em: <http://www.rivistanuac.eu/OJS/index.php/anuac/article/view/36>. Acesso em: 21 ago. 2025.

PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. **Civitas**, Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, PUC-RS, vol. 3, nº 1, p. 15-34, junho de 2003.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. **Revista USP**, n. 120, p. 43-60, 11 mar. 2019.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira; FRANCO, Clarissa de. A pluralidade religiosa global e nacional em questão. **Caminhos**, Goiânia, v. 18, p. 308-324, 2020.

SANCHIS, Pierre. As tramas sincréticas da história: Sincretismo e modernidades no espaço luso-brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 28, 1995.

SANTOS, Maria G. Os limites do Censo no campo religioso brasileiro. In: CUNHA, Cristina V. da; MENEZES, Renata. Religiões em conexão: números, direitos, pessoas. **Comunicações do ISER**, n. 69. Rio de Janeiro: ISER, 2014, p. 18-33.

SENA, Emerson; SOFIATI, Flávio Munhoz; ANDRADE, Péricles. O campo católico-midiático na sindemia de COVID-19: tensões, disputas e “guerra dos deuses”. **Reflexão**, [S. l.], v. 49, 2024. DOI: 10.24220/2447-6803v49a2024e8713. Disponível em: <https://puccampinas.emnuvens.com.br/reflexao/article/view/8713>. Acesso em: 15 jun. 2026.

TONIOL, Rodrigo. Censo de 2022 e religião no Brasil. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 31, n. 72, e720701, maio/ago. 2025, p. 1-17.

WEBER, Max. “Rejeições Religiosas do Mundo e suas Direções”. In: GERTH, H. M. e MILLS, C. Wright (orgs). **Max Weber. Ensaios de Sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 371-410.